

Militar não teme parlamentarismo

Mas quer preservar mandato de Sarney e se preocupa com casuismo

Os ministros militares consideram a definição do sistema de governo um assunto eminentemente civil e não têm posição fechada sobre o tema, mas se preocupam com a possibilidade de o parlamentarismo vir a ser adotado de forma casuística — seja para impedir o acesso de A ou B ao poder, seja para encerrar o mandato do presidente Sarney. Eles deixaram isto claro ontem, ao participar de almoço com constituintes na casa do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), embora não tenham feito qualquer reparo à defesa da mudança de regime, feita por Arinos, que naquele momento começou a cumprir a missão de defender o parlamentarismo junto aos setores militares.

Durante o almoço — em que ouviu uma longa exposição de Arinos sobre as crises institucionais registradas ao longo de nossa História — o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, procurou reduzir a importância de seu pronunciamento na reunião ministerial de quinta-feira. As declarações, responsáveis por grande mal-estar no Congresso Nacional, "não foram feitas em público", alegou o general.

Após o encontro, Arinos garantiu que "não compete às Forças Armadas impor uma forma de governo", nem tampouco os militares têm interesse em interferir no processo dos trabalhos da Constituinte. A rápida aceitação do convite feito por Arinos aos ministros militares — com a presença confirmada em menos de 24 horas — foi interpretada como uma sinal de que eles estão interessados na discussão do tema. E o senador começou, assim, a cumprir a missão que lhe foi dada quinta-feira à noite pelo grupo suprapartidário pró-parlamentarismo, quando foi traçada a estratégia para garantir a aprovação do sistema em plenário.

Entre outros líderes, participaram do encontro coordenado por Afonso Arinos os líderes do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, deputado Luiz Henrique, além de parlamentares co-

mo o senador José Richa (PMDB/PR), José Fogaca (PMDB/RS), e os deputados Egidio Ferreira Lima (PMDB/PE), Roberto Freire (PCB/PE), Bonifácio Andrada (PDS/MG) e Vitor Faccioni (PDS/RS). Na reunião, foram constituídas ainda duas comissões para atuarem junto aos parlamentares na defesa do parlamentarismo.

A orientação dada por Afonso Arinos ao grupo era de que em momento algum se irá hostilizar o presidente José Sarney, criando um clima de confronto entre o presidencialismo e o parlamentarismo. Ele voltou a reafirmar ainda que a promoção da transição do presidencialismo para o parlamentarismo, será a grande chance do presidente José Sarney de passar definitivamente para a História política do País.

No encontro com os militares, o senador sustentou que, sendo a República federativa, o ideal inicial era adotar o regime parlamentarista como forma de governo.

Quando os ministros militares observaram que o parlamentarismo não deve vir para cortar o mandato do atual presidente da República, todos os presentes, a começar por Arinos, negaram que exista qualquer objetivo casuístico na proposta parlamentarista, sustentando que a grande preocupação é dotar o Brasil de instituições que lhe conferam estabilidade política.

Também disseram não existir o objetivo em cortar o mandato de Sarney; pelo contrário, desejam que se encontre uma fórmula de compromisso em negociações com o atual presidente da República, para estabilizar o País depois de tantos anos de instabilidade e crises.

A tônica do encontro foi sistema de governo: se parlamentarismo ou presidencialismo. E, de acordo com o senador Arinos outros temas controversos como duração do mandato presidencial e anistia aos militares cassados não foram objeto de discussões no almoço: seu interesse era apenas a troca de esclarecimentos sobre a adequação ou não do momento para se implantar o parlamentarismo no País.



Fernando Henrique e Leônidas na casa de Arinos: aparando arestas na questão do parlamentarismo

Líder do PMDB quer "limpeza" no texto

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, concordou, ontem, em que é necessário promover uma limpeza no texto do projeto de Constituição de forma a extirpar certos artigos que têm a preocupação de distribuir vantagens entre grupos, como é o caso de dispositivos das Disposições Transitórias que manda pagar aos ex-combatentes.

Cardoso admitiu que o relator-geral da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, quis ampliar o dispositivo que define o papel das Forças Armadas, bastante diferente do texto original aprovado na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Defesa das Instituições do Estado, presidida pelo senador Jarbas Passarinho.

DIREITO DE FALAR

Como ministro de Estado e, portanto, com um grupo eminentemente político, o general Leônidas Pires Gonçalves tinha o direito de expor suas ideias a respeito do processo constituinte em marcha, embora dele possa discordar, segundo opinou o senador Fernando Henrique Cardo-

so ao se referir à fala de quinta-feira do ministro do Exército, durante a reunião ministerial presidida pelo presidente Sarney.

Cardoso só lamentou que não tenha tido a oportunidade de falar para fazer algumas ponderações que seriam sido melhor entendidas do que a diatribe montada pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço. "Eu e o deputado Luiz Henrique quisemos falar, mas o presidente encerrou a sessão, repentinamente. Eu também compreendo as razões do Presidente da República, que provavelmente quis evitar um confronto", disse.

Explicou que, de sua parte, não queria entrar em conflito com o Ministro do Exército, mas fazer algumas observações e ponderações que julgava pertinentes. Teria expressado melhor o sentimento da maioria dos integrantes da corporação política do que o deputado José Lourenço que, de acordo com o líder do PMDB, fez uma peroração arrebatada e inadequada.

Cardoso não acredita que certo dispositivo do projeto elimine infração disciplinar quando fala em habeas-corpus, lembrando

que, em outro dispositivo do texto do projeto existe algo específico. No entanto, admitiu que seja conveniente proceder à eliminação desse dispositivo para evitar possível ambigüidade.

O líder do PMDB no Senado acha que as polícias militares, ainda que subordinadas à autoridade dos governadores, devem ficar na Constituição como reserva do Exército. Disse que sempre defendeu a tese de que as forças militares estaduais são reserva do Exército. Quanto ao papel que as Forças Armadas devem ter no texto constitucional, o senador admite que o relator deu um sentido mais amplo ao conceito.

Para Cardoso, deve-se conciliar o que ficou no texto do projeto Bernardo Cabral e a disposição que vinha sendo inscrita em todos os textos constitucionais desde 1891. Disse que havia realmente apoio para a fórmula finalmente aprovada pela Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Defesa das Instituições, mas o relator decidiu ampliar a redação. "O que é fundamental é que as Forças Armadas sejam subordinadas ao poder civil", disse Cardoso.

Sant'Anna faz a defesa de Leônidas

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA), garantiu ontem na sessão do Congresso Nacional, "como testemunha da reunião ministerial" realizada quinta-feira no Palácio do Planalto, que o general Leônidas Pires Gonçalves fez apenas um pequeno comentário sobre a Constituinte e pediu a palavra para se referir a problemas de sua pasta. O ministro do Exército, segundo Sant'Anna, usou seu direito de cidadão ao expressar sua opinião, ressaltando que não conseguia entender porque a Aliança Democrática, que dá sustentação ao Governo e é maioria na Constituinte, permitiu a aprovação de dispositivos no substitutivo que trariam despesas à administração pública.

Sant'Anna, porém, trouxe seu testemunho aos congressistas tarde demais. Quando subiu à tribuna, às 16h40, onze parlamentares em discursos ou apertes, já haviam manifestado repúdio à forma com que o ministro se dirigiu à Constituinte. O pronunciamento de Leônidas Pires chegou a alterar a rotina da sessão conjunta de ontem, que deveria acabar em meia hora, depois de rápida leitura de mensagens presidenciais.

A Constituinte paga hoje o preço da falta de tomada de providências de sua Presidência diante de fatos anteriores que vêm atentando contra a sua soberania, na opinião do deputado Adilson Motta (PDS/RS). Embora manifestando-se admirador do Exército brasileiro, ele repudiou ontem qualquer intromissão de outro poder na Assembléia Nacional Constituinte e cobrou do presidente Ulysses Guimarães o mesmo "gesto viril" que teve quando se sentiu agredido pela apresentadora Hebe Camargo.

Para o deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), Ulysses Guimarães tem o dever político e regimental de impedir estas intervenções à soberania da Constituinte. Irônico, ele disse desconhecer, entre as atribuições constitucionais das Forças Armadas, a participação de seus ministros na elaboração da Constituição.

Covas minimiza fala do ministro

"Por mais importantes que sejam as manifestações a respeito da Constituinte, o trabalho constitucional é algo a ser decidido nos limites da Assembléia". A afirmação é do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, ao atribuir uma "importância relativa" ao discurso proferido pelo general Leônidas Pires na última reunião ministerial.

Procurando minimizar as consequências das declarações do ministro do Exército, o senador paulista manifestou a convicção de que o discurso de Leônidas em nada afetará o andamento da Constituinte. Insistentemente, ele lembrou que cada parlamentar foi eleito assumindo determinados compromissos durante a campanha: "E com base nestes compromissos que ele terminará votando a Constituição".

O líder peemedebista, contudo, não considera anormal o pronunciamento do ministro a respeito de temas constitucionais. Na opinião dele, tanto o presidente Sarney quanto os seus auxiliares têm "todo o direito e até o dever" de manifestarem-se

sobre o assunto, assim como qualquer cidadão brasileiro. "E preciso analisar o contexto em que as palavras do general foram colocadas. O discurso veio a propósito da contenção de despesas públicas, que aliás estava na pauta da reunião. A partir daí ele citou um dispositivo do projeto (a anistia) que geraria novos gastos".

Covas lembrou ainda que o substitutivo, sendo apenas uma etapa do trabalho constitucional, é passível de várias críticas porque ainda será aperfeiçoado em estágios posteriores. Junto com o discurso do general Leônidas, ele destacou as divergências contra o projeto publicadas pelos jornais de ontem, partindo de quase todos os setores da Constituinte, do PDS ao PC do B.

Para o líder do PMDB, ao contrário do que afirmou o ministro do Exército, a Constituição não está sendo escrita por uma minoria radical: "Não será um Carta deste ou daquele segmento, mas o resultado da média do eleitorado, representado pelos constituintes".

A repercussão entre políticos e ministros

Leonel Brizola: "Temos um impasse e a culpa é de Sarney e Ulysses Guimarães, que não se mostraram à altura de suas responsabilidades e conduzem mal a transição".

Antonio Carlos Magalhães: "Foi uma fala patriótica, de quem quer ver o País nos trilhos".

Deni Schwartz: "Não houve críticas à esquerda. Foi um simples comentário, uma constatação".

Alceu Collares (prefeito de Porto Alegre): "Foi uma declaração sintomática", que reflete o espírito das Forças Armadas".

Marco Maciel: "O discurso é uma valiosa contribuição à Constituinte. Como cidadão e ministro, o general Leônidas tem todo o direito de falar".

José Ignácio Ferreira (senador): "Já vi este filme antes e confesso que estou preocupado".

Iris Rezende: "Está certo. Ninguém pode ficar omissos nesse momento importante da transição política".

General Ivan Dentice Linhares (Sudeste): "Foram palavras oportunas. Todos temos responsabilidades com o regime democrático e o bem-estar do povo. O Exército não é uma casta".

Deputado Roberto Cardoso Alves: "Mais do que direito, o ministro tem obrigação de se manifestar sobre a atualidade brasileira".

Deputado José Genoíno (líder do PT): "As críticas do ministro são equivocadas. A anistia do projeto não é irrestrita".

Ari Cunho

VISTO, LIDO E OUVIDO

As grandes preocupações de parte do padre Horta

Estou vendo o padre Horta preocupado demais com a situação dos invasores que deixaram a 110 Norte e hoje são seus hóspedes em sua igreja. É uma preocupação natural de pastor de almas, mas foi ele mesmo quem procurou esse fardo para transportar.

Vejo o padre Horta está preocupado com moradias dignas para os invasores, o que não deixa de ser cristão e merece compaixão.

Mas, para que essa preocupação cresça, o Padre não tem lembrado dos trabalhadores de salário mínimo que com esforço de mulher e filhos consegue comprar um lotezinho nos confins de Goiás, perto de Brasília, para lá erguer sua casa com suas mãos, com seu amor.

Há muita gente nessa situação, precisando de ajuda que não aparece. Não são poucas as construções no caminho de Luziânia, por exemplo, precisando de uma pequena ajuda para terminar. São pessoas de baixa renda que pretendem ter o seu cantinho para morar, e fazem das tripas coração para conseguir o seu teto.

Diante de uma situação de penúria como a que vive o nosso País, creio que melhor merece ajuda esses do que os que invadem áreas públicas em busca de um lote onde tenham "condições de habitabilidade" para depois passá-lo adiante e sair em busca de novas invasões para receberem novo prêmio.

Ajudar ao pobre que trabalha, que quer viver com decência, sem chamar a atenção em torno de si invadindo propriedade alheia, é muito mais nobre do que estimular o crime contra a propriedade numa sociedade já sofrida demais.

Saulo conclui que texto é lamentável

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, está concluindo relatório crítico sobre o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que entregará ao presidente José Sarney na próxima segunda-feira. Desde já, tem, contudo, uma opinião formada: "Trata-se de uma proposta lamentável, no seu global e até absurda em relação a alguns artigos, como aquele que declara a autoridade inconstitucional", afirmou.

Na opinião do consultor-geral da República, que há dois dias está estudando o anteprojeto da Constituinte, "ele está muito mal redigido mas existe alguma coisa aproveitável". Saulo Ramos negou que esteja redigindo uma emenda sobre o parlamentarismo ou qualquer outro assunto. Disse que "isto é uma tarefa muito simples, é só colocar o papel na máquina e fazer, já estou com tudo na cabeça".

Ele entende, também, que o relator perdeu grandes oportunidades de avançar, citando como exemplo o artigo 7º item 3 da proposta, quando deixa de estabelecer que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço não corresponde à indenização à que o empregado teria direito. "Deixou de aproveitar a jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal — STF — que já se pronunciou a respeito nesta linha", observou.

Entre impropriedades contidas no anteprojeto, Saulo Ramos relacionou a dispensa de diploma dos jornalistas. "Esta é uma questão que tem de ser tratada na legislação ordinária, não se trata de matéria constitucional. O texto deveria apresentar dispositivos de comandos que garantissem a liberdade de ação profissional argumentou o consultor, completando com a seguinte observação: "No caso, acho que diploma teria que ser exigido dos constituintes, desta forma não seria apresentado isso que está aí".

PRESIDENCIALISMO PURO

Um assessor do presidente Sarney confirmou que já está acertado que Saulo Ramos redigirá uma emenda propondo o presidencialismo puro como forma de governo. "Mas isto é para que depois seja negociado um sistema presidencialista com um Legislativo fortalecido e um Judiciário atuante e aparelhado", explicou o assessor. Segundo ele o consultor-geral já dispõe de nada menos de três projetos alternativos para negociar na Constituinte através da articulação que vem sendo coordenada pelo ministro-chefe do Gabinete

Julio Alcantara



Saulo acha que alguns artigos são absurdos

Povo conhece Maluf mas prefere Brizola

Uma pesquisa múltipla escolha realizada pelo Ibope em todo o País, com os nomes dos possíveis candidatos à presidência da República, vem circulando nos gabinetes do Presidente José Sarney, dos ministros e de vários políticos. O engenheiro Leonel Brizola ganha na preferência, pois aparece em 39 por cento dos questionários distribuídos.

O político mais conhecido, entretanto, é o empresário Paulo Salim Maluf, que aparece em 84 por cento dos questionários. Ele foi escolhido no meio de 25 nomes, que constavam de dois formulários, com as perguntas: "preferido" e o mais "conhecido". Foram ouvidas aproximadamente 2 mil pessoas.

SURPRESA A surpresa foi o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, aparecer em segundo lugar na preferência das pessoas consultadas, na frente do deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara. Outra surpresa foi a cotação do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, ficar em nona posição.

Por já ser o Presidente, Sarney não foi incluído no questionário. Na pesquisa, os partidos não aparecem, o que pode ter dificultado a escolha dos nomes preferidos.

ANÚNCIO FONADO 223-2323